

Eco Securitizadora
de Direitos
Creditório do
Agronegócio S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração do fluxo de caixa	15
Demonstração de valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
CNPJ 10.753.164/0001-43
Relatório da Administração
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

1. Contexto Operacional

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”) com sede e foro na Cidade de São Paulo, é uma Companhia Aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, bem como a realização de operações em mercados derivativos. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração.

As atividades da Companhia são geridas por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros e por um Conselho de Administração composto por 03 membros. A diretoria se reuniu tempestivamente durante todo o ano de 2019 para definir, principalmente, os termos e condições que seriam aplicados nas operações de Securitização de Recebíveis da Companhia, o que resultou em 26 (vinte e seis) novas emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), com valor financeiro de emissão de R\$ 4.490.246.000,00, (quatro bilhões, quatrocentos e noventa milhões, duzentos e quarenta e seis mil reais).

O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se, ordinariamente, no mês de Abril de 2019, para (i) Examinar e discutir as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2018, e Aprovar a destinação do lucro do exercício social de 2018 e a distribuição de dividendos, e (ii) se reuniu de forma extraordinária em 12 de março de 2019 a fim de alterar o estatuto da Companhia e reeleger os membros do Conselho de Administração.

2. Condições Econômicas da Companhia

Durante o exercício social de 2019, a Companhia permaneceu com a sua atividade principal de securitização de recebíveis agrícolas, apresentando um lucro líquido de R\$ 427.068,49 (quatrocentos e vinte e sete mil, sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), o qual é 56% menor do que o lucro líquido da Companhia apurado no ano de 2018, em decorrência de ajustes contábeis que foram realizados ao longo do exercício. Abaixo, segue o comparativo do lucro líquido de 2018 da Companhia, com relação aos 3 últimos exercícios:

Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores (em milhares de R\$)			
2019	2018	2017	2016
427	969	845	1375

2.1 Política de reinvestimento de lucro e distribuição de dividendos

A Companhia não possui política de reinvestimento de lucro, bem como não tem acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Como regra do seu Estatuto Social, a Companhia distribui, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido, e o saldo, quando existe, é destinado na forma que deliberada pela sua Assembleia Geral. Nos últimos 3 exercícios, foi deliberada pela distribuição da totalidade do lucro líquido apurado pela Companhia.

A Companhia tem capital social de R\$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais).

2.2. Emissão de Dividas

Não foram emitidas, nem adquiridas, quaisquer Debentures pela Companhia, bem como qualquer outro título de dívida que não seja Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), estes últimos com a devida implementação de Regime Fiduciário, mantendo as suas contabilizações em separado do patrimônio comum da Companhia.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

4. Projetos Desenvolvidos

Durante o ano de 2019, a Companhia permaneceu com as suas atividades de securitização de direitos creditórios agrícolas, para as quais foram emitidas 26 (vinte e seis) novas emissões de CRAs

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa.

A Companhia contratou os serviços da KPMG Corporate Finance Ltda., empresa relacionada ao auditor independente, exclusivamente para análise de carteiras de recebíveis de potenciais tomadores a serem usados como lastros em operações em diligência, não havendo, portanto, qualquer conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante o exercício de 2018, a KPMG Corporate Finance Ltda., Parte Relacionada da KPMG Auditores Independentes, assim definidas nos termos da ICVM 381, prestou serviços diferentes dos de auditoria externa e revisão das demonstrações financeiras, no valor total de R\$ 650 mil, correspondente a 168% do total relativo aos serviços de auditoria externa. Estes serviços foram executados para exclusivamente para análise de carteiras de recebíveis de potenciais tomadores a serem usados como lastros em operações em diligência. Assim, este trabalho não representou uma auditoria conforme as normas geralmente aceitas de auditoria ou de qualquer outra forma.

6. Transações com Partes Relacionadas

Em relação as obrigações da Companhia em mútuos com suas Partes Relacionadas, a Companhia possui obrigações ligadas a rateios de despesas e valores a reembolsar originados no contexto do curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2019, o principal recebível da Companhia com partes relacionadas é o mútuo de R\$ 797.245,78 com a Eco Consult:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Valores a receber / pagar				
Ecoagro Participações (a)	-	57	823	-
Eco Consult (b)	-	-	97	-
Mútuos a receber / pagar				
Ecoagro Participações (c)	-	70	-	52
Eco Consult (d)	797	-	-	-
Total	797	127	920	52

- a) Representa o valor a pagar conforme contrato de rateio de despesas administrativas;
- b) Representa valores pagos de despesas relacionadas à Eco Consult. O saldo de R\$ 97 foi liquidado no primeiro trimestre de 2019;
- c) Representa saldo de mútuo a pagar, conforme contrato celebrado entre partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2020;
- d) Representa o valor de mútuo a receber, conforme contrato celebrado entre as partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

7. Considerações Finais e Perspectivas.

Para o ano de 2020, a Companhia continuará atuando com o objeto de securitização de direitos creditórios do agronegócio, buscando, em relação ao ano de 2019, um aumento na quantidade de novas séries de CRAs emitidas, bem como um aumento no volume financeiro que essas novas séries representarão, de forma a permanecer como líder deste mercado.

A Companhia revisou sua estratégia e reduziu o volume de novas operações com produtores rurais, onde a Companhia obtinha margens mais elevadas. Por outro lado, a Companhia abriu novas frentes de negócios junto a outros segmentos da cadeia do Agronegócio. Essas novas frentes vêm se consolidando de forma contínua, e a expectativa é que estas representem uma parcela importante do faturamento da empresa em 2020. Ao mesmo tempo, mudanças no perfil do investidor de CRA, melhores condições climáticas e preços de commodities mais favoráveis apontam para o início de uma retomada no segmento dos produtores.

A Companhia manteve sua posição de liderança de mercado de CRAs, apresentando volume de emissões superior a R\$ 15 bilhões. Com isso, a Companhia também aumenta o seu volume de receitas recorrentes que mais do que sustentam seus custos. É importante ressaltar que a Companhia não utiliza nenhum recurso bancário para financiar seu capital de giro, e tem procurado escalonar seus compromissos financeiros de acordo com o fechamento de suas operações.

A Companhia continuará ao longo do ano de 2020 buscando a formação de parcerias estratégicas no desenvolvimento das suas atividades, atuando em estruturas adequadas tanto às necessidades de rentabilidade e segurança de investidores, quanto à demanda de recursos para produtores e empresas rurais, no custeio e comercialização das safras agrícolas.

8. Agradecimentos

Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança.

São Paulo, 27 de março de 2020.

MILTON SCATOLINI MENTEN
Diretor Presidente

CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI
Diretor de Relação com Investidores



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e Administradores da
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	243	376	Fornecedores		29	790
Clientes	5	183	118	Obrigações tributárias	9	651	472
Outras créditos_CP	6	1.984	189	Obrigações com partes relacionadas	8	127	52
(-) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	6	(393)	(42)				
Tributos correntes a recuperar		169	387	Dividendos		349	242
Despesas antecipadas	7	30	693	Outros passivos circulantes	10	367	864
		2.216	1.721			1.523	2.420
Não circulante				Não circulante			
Créditos com partes relacionadas	8	797	920	Outros passivos não circulantes	10	645	357
Outros créditos	6	628	1.472	Obrigações tributárias_LP	9	67	250
		1.425	2.392			712	607
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11.1	299	299
				Reserva legal	11.2	60	60
				Reserva de lucro	11.3	1.047	727
						1.406	1.086
Total do ativo		3.641	4.113	Total do passivo e patrimônio líquido		3.641	4.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional	12	6.301	4.784
(-) Custo dos serviços prestados	13	(2.385)	(1.936)
Resultado bruto		3.916	2.848
Despesas /receitas operacionais		(2.984)	(1.459)
Gerais e administrativas	14	(2.924)	(1.414)
Outras despesas operacionais		(60)	(45)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		932	1.389
Resultado financeiro		(116)	58
Receitas financeiras		49	140
Despesas financeiras		(165)	(82)
Imposto de renda e contribuição social	16	(389)	(478)
Corrente		(389)	(478)
Lucro líquido do exercício		427	969
ON		4,27	# 9,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	427	969
Resultados abrangentes do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	427	969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucro acumulado	Patrimônio líquido total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2017	299	60	634	-	993
Lucro líquido do exercício	-	-	-	969	969
Dividendos propostos no exercício	-	-	(634)	(242)	(876)
Composição de reserva	-	-	727	(727)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2018	299	60	727	-	1.086
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2018	299	60	727	-	1.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	427	427
Dividendos propostos no exercício	-	-	-	(107)	(107)
Composição de reserva	-	-	320	(320)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	299	60	1.047	-	1.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Caixa gerado nas operações			
Lucro líquido do exercício		427	969
Variações nos ativos e passivos		(683)	(2.770)
(Redução) / aumento de clientes		(65)	155
(Aumento) de tributos correntes a recuperar		218	(183)
(Aumento) / redução de despesas antecipadas		663	(197)
Aumento de outros créditos		(600)	(732)
(Redução) / aumento de fornecedores		(761)	632
(Redução)/ aumento de outras obrigações fiscais		(4)	(104)
(Redução) / aumento de partes relacionadas à pagar		75	(59)
(Redução) de outros passivos		(209)	(2.282)
Caixa líquido das atividades operacionais		(256)	(1.801)
Atividades de investimento			
(Aumento) / redução de contas a receber de partes relacionadas		123	(265)
Caixa líquido atividades de investimento		123	(265)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		-	(845)
Caixa líquido atividades de financiamento		-	(845)
(Redução) de caixa e equivalentes		(133)	(2.911)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4	376	3.287
Saldo final de caixa e equivalentes	4	243	376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração de valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas	4.071	5.172
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.071	5.172
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(4.786)	(3.103)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.786)	(3.103)
Perda e/ou recuperação de valores ativos	-	-
Valor adicionado bruto	(715)	2.069
Valor adicionado líquido produzido	(715)	2.069
Valor adicionado (empregado)/ recebido em transferência	2.139	58
Resultado financeiro	2.139	58
Valor adicionado total a distribuir	1.424	2.127
Distribuição do valor adicionado	1.424	2.127
Pessoal	17	84
Remuneração direta	17	84
Outros	-	-
Impostos, taxas e contribuições	896	927
Federais	630	737
Estaduais	30	18
Municipais	236	172
Remuneração de capitais de terceiros	84	147
Juros	-	-
Aluguéis	84	147
Outras	-	-
Remuneração de capitais de próprios	427	969
Dividendos	107	242
Lucros retidos no exercício	320	727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”) com sede e foro na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1.553 - 3º andar - Pinheiros, São Paulo na Cidade de São Paulo, é uma Sociedade por ações com registro na CVM – Comissão de Valores Mobiliários em 15 de julho de 2009, que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas é a controladora. A Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos à consultoria de operações financeiras agropecuárias (“Eco Consult - Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda.”), também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A. A estrutura societária da Companhia, atende a função específica de cada companhia agir dentro do contexto em que cada uma está inserida na estrutura societária.

A Companhia obtém receitas substancialmente da aquisição e venda de Operações para formação dos lastros dos Certificados de recebíveis do agronegócio (“CRAs”) a emitir e prestação de serviços relacionados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei no. 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2020.

2.2. Avaliação das normas e interpretações emitidas

CPC 06	Leasing - estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Administração avaliou os efeitos da adoção da norma, os quais não refletiram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.
--------	--	--

3. Principais práticas contábeis

3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Despesas antecipadas

Representadas por contratos firmados entre prestadores e a Companhia, decorrentes de prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são prestados.

3.4. Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados são removidos do balanço;
- Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros transferidos o cedente retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

Os recebíveis do agronegócio, lastros de operações de securitização, com constituição de patrimônio em separado, nos termos da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997 sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). Eventuais benefícios residuais são reconhecidos no ativo, de acordo com seus períodos de competência, líquido de eventuais provisões para garantias.

3.5. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Transações de pagamentos a receber e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos quando de sua origem. Todos os outros ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando a Companhia se torna contraparte do referido ativo ou passivo.

Um instrumento financeiro é inicialmente reconhecido a valor justo acrescido de custos de transações que lhe são diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos não avaliados a valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o saldo de suas Transações a Receber por seu valor nominal, pois não há componente de juros/financiamentos significativo, bem como os títulos possuem o prazo curto de recebimento (inferior a um ano), o que torna imateriais a componente financeira.

Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias baseadas no modelo de negócio em que estes ativos se inserem e nas características contratuais de seus fluxos de caixa:

- Custo amortizado;
- VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes); e
- VJR (Valor Justo por Meio do Resultado).

As seguintes categorias são aplicáveis aos ativos financeiros da Companhia:

Custo amortizado – um ativo financeiro é mensurado através do custo amortizado se ele atende às seguintes condições e não é designado como VJR:

É detido com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os seguintes ativos financeiros da Companhia são classificados desta maneira:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Contas a receber por serviços prestados;
- Empréstimos/Partes Relacionadas.

Após o reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas de *impairment*. Receitas com juros, variação cambial e perdas de *impairment* nestes ativos são reconhecidos no resultado.

VJR – geralmente um ativo financeiro é mensurado a VJR se uma das seguintes condições são atendidas:

- i. Ele é mantido para fins outros que não o recebimento de fluxos de caixa contratuais ou decorrentes de sua venda; ou
- ii. Sua posse dá direito a fluxos de caixa que não decorrentes apenas de pagamentos do principal e de juros sobre o principal em aberto.

A Companhia classifica os ativos financeiros apresentados em “Investimentos Financeiros” como VJR, já que o modelo de negócio em que eles se inserem não tem por objetivo a apropriação dos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os ativos financeiros mais significativos nesta categoria são títulos públicos federais, quando aplicável.

Após seu reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a valor justo. Ganhos ou perdas líquidas, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Ativos nesta categoria são classificados como circulantes.

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber por serviços prestados, outros créditos e tributos a recuperar.

Impairment de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente, ou quando necessário, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável esperado.

A Companhia reconhece uma provisão perdas de crédito incorridas nos seus ativos mensurados através do custo amortizado, conforme mencionado anteriormente, os saldos de contas a receber não possuem componente de financiamento significativo, assim a Companhia estimou por meio de avaliação interna as perdas incorridas dos respectivos créditos, para os quais provisionou a totalidade dos títulos com vencimento superior a 365 dias.

3.6. Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas para devedores duvidosos, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, estimativas da vida útil de determinados ativos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação deve ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados.

As receitas compreendem o resultado de compra e venda de créditos agrícolas, bem como a prestação de serviços.

3.9. Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de direitos creditórios do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

3.10. Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. São utilizadas taxas de desconto que reflitam avaliações condizentes com o mercado. Na ausência de informações disponíveis de mercado, são utilizadas como referência operações similares, principalmente quanto aos prazos e fatores envolvidos.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e constituídos com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, bem como de provisões não dedutíveis são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

3.12. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Não há potenciais ações ordinárias diluidoras e, conseqüentemente, lucro por ação diluído.

3.13. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado na data em que tais dividendos são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.14. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias Abertas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos bancários	107	326
Aplicações financeiras (i)	136	50
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>243</u>	<u>376</u>

- i. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, sendo estas CDBs, emitidas por bancos de primeira linha e remuneradas pelo DI e possuem liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2018, o valor das aplicações financeiras era de R\$ 50.

5. Clientes

O valor de R\$ 183 (R\$ 118 em 31 de dezembro de 2018), refere-se aos serviços de estruturação prestados aos titulares das séries CRAs: 78º, 79º, 93º, 98º, 104º, 161º, 6ª, 15ª, 17ª, 23ª e 38ª emissão.

6. Outros créditos

O valor de outros créditos, de R\$ 2.219, sendo R\$ 1.984 no curto prazo e R\$ 628 no longo prazo, com constituição de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 393 (R\$ 1.619 em 31 de dezembro de 2018 – sendo R\$ 147 no curto prazo e R\$ 1.472 no longo prazo, com constituição de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 42), refere-se, principalmente, à gastos com agente fiduciário, taxa de custódia, escrituração, taxa de registro e comissão para a [B]³ e ainda serviços com cartório, a serem reembolsados pelos devedores dos CRAs.

No exercício de 2019 foi constituída provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. Para a contabilização da referida provisão, a Administração da Companhia considerou que, apesar de certo o recebimento destes créditos, não é possível precisar a data certa de recebimento dos valores, tendo em vista que tal evento depende da venda de imóveis que foram consolidados em processos de execução de créditos inadimplentes das operações dos Patrimônios em Separado.

Movimentação da PCLD

Saldo inicial - 2018	42
(+) Constituição	393
(-) Reversões	-
(-) Baixas (i)	(42)
Saldo final - 2019	393

- (i) O montante de R\$ 42 de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa foi baixado para perdas durante o primeiro trimestre de 2019, após a Administração da Companhia avaliar que os valores em aberto não seriam recuperados.

7. Despesas antecipadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Condomínio	-	6
Agente fiduciário	30	49
Avaliação técnica de imóvel (i)	-	45
Monitoramento agrícola (i)	-	6
Análise de risco (ii)	-	496
Serviços advocatícios (i)	-	5
Taxa de custódia	-	2
Outras (iii)	-	84
Total de despesas antecipadas	<u>30</u>	<u>693</u>

- i. Em 31 de dezembro de 2018, referiam-se às despesas registradas ao longo do período, com diligências prévias para a originação de novas operações;
- ii. Em 31 de dezembro de 2018, referiam-se aos serviços de análise factual do comportamento histórico e performance do pagamento de sacados de carteiras de recebíveis a serem potencialmente adquiridas referentes a patrimônio separado, ligados à Securitizadora;

8. Créditos/obrigações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía créditos e obrigações junto às partes relacionadas, da seguinte forma:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Valores a receber / pagar				
Ecoagro Participações (a)	-	57	823	-
Eco Consult (b)	-	-	97	-
Mútuos a receber / pagar				
Ecoagro Participações (c)	-	70	-	52
Eco Consult (d)	797	-	-	-
Total de partes relacionadas	797	127	920	52

- (a) Representa o valor a pagar conforme contrato de rateio de despesas administrativas;
- (b) Representa valores pagos de despesas relacionadas à Eco Consult. O saldo de R\$ 97 foi liquidado no primeiro trimestre de 2019;
- (c) Representa saldo de mútuo a pagar, conforme contrato celebrado entre partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2020;
- (d) Representa o valor de mútuo a receber, conforme contrato celebrado entre as partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

9. Obrigações tributárias

	2019	2018
Provisão para imposto de renda corrente	82	-
Provisão para contribuição social corrente	31	-
IRPJ - Parcelamento (até 30/04/2022) (i)	336	457
CSLL - Parcelamento (até 30/04/2022) (ii)	122	165
PIS, COFINS e ISS a recolher	119	57
IOF a recolher	3	1
Impostos s/ terceiros	23	40
Impostos s/ folha de pagamento	2	2
Total de obrigações fiscais	718	722
Curto prazo	651	472
Longo prazo	67	250

- i. Saldo de parcelamento de imposto de renda de R\$ 336, sendo R\$ 287 no curto prazo e R\$ 49 no longo prazo. Este valor está composto por saldos a pagar de R\$ 371 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 125 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data base de 31 de dezembro de 2019, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022;

- ii. Saldo de parcelamento de contribuição social de R\$ 122, sendo R\$ 104 no curto prazo e R\$ 18 no longo prazo. Este valor compreende o saldo a pagar de R\$ 134 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 45 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data base de 31 de dezembro de 2019, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022.

10. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de outros (circulante), é composto por obrigações relativas à estruturação dos CRAs e a obrigações para com clientes em razão do adiantamento de valores para a prestação de serviços, no montante de R\$ 367 (R\$ 864 em 2018).

O montante que compõe o saldo de outras obrigações classificado à longo prazo, de R\$ 645 (R\$ 357 em 31 de dezembro de 2018), corresponde aos recebimentos de forma antecipada, ocorridos até 31 de dezembro de 2019. As operações que o representam são: CRAs séries nº: 75, 73, 84, 98, 114, 150/151 e da série única - 4ª emissão.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018, subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 299, representado por 100.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Companhia apresenta o seguinte quadro acionário:

Acionistas	Quantidade de ações	(em R\$)
Ecoagro Participações S.A.	99.999	298.997
Moacir Ferreira Teixeira	1	3
Total	100.000	299.000

11.2. Reserva legal

A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até o limite de 20% do capital, tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo em reserva legal é de R\$ 60.

11.3. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em reserva de lucros é de R\$ 1.047 (R\$ 727 em 31 de dezembro de 2018).

12. Receita operacional

A prestação de serviços da Companhia é relacionada à estruturação das operações de securitização:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de venda de serviços	6.829	5.172
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	(528)	(388)
Total da receita líquida de serviços	6.301	4.784

A Companhia apura PIS em 0,65%, COFINS de 4,00% e ISS entre 2% e 5% no município de São Paulo, sobre as receitas brutas de prestação de serviço.

13. Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados estão compostos da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Agente fiduciário	(291)	(344)
Análise de risco	(380)	(83)
Avaliação técnica de imóvel	(163)	(167)
Consultoria jurídica	-	(66)
Distribuição pública de títulos	(697)	(367)
Monitoramento agrícola	(28)	(58)
Serviços de origemação	(173)	-
Serviços bancários e de custódia	(511)	(607)
Taxa de escrituração	(142)	(244)
Total dos custos dos serviços vendidos (a)	(2.385)	(1.936)

A composição dos custos com serviços prestados, está representada por serviços de assessoria jurídica, em operações concretizadas pela Companhia, que abrange elaboração de documentação suporte das transações e suas garantias, serviços de coordenação e distribuição para oferta pública de CRAs, serviços de supervisão da produção, corte, colheita, transporte, armazenagem e entrega dos produtos indicados (lastros) nos contratos de garantia, análises de captação de potenciais clientes relacionados às operações não corporativas, entre outros.

14. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesas de pessoal	(17)	(17)
Honorários da diretoria	(84)	(84)
Despesas de instalações	(278)	(281)
Despesas de processamento de dados	(41)	(22)
Assessoria contábil e auditoria	(1.028)	(387)
Outros serviços especializados	(802)	(121)
Despesas com órgãos reguladores	(69)	(50)
Despesas com cartórios	(126)	(135)
Publicações gerais	(174)	(231)
Outras despesas administrativas	(305)	(86)
Total das despesas gerais e administrativas	(2.924)	(1.414)

15. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2019 não há processos judiciais que justifiquem a necessidade de constituição de provisão, ou a sua divulgação nas demonstrações financeiras.

16. Imposto de renda e contribuição social

Bases de cálculo	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	816	816	1.447	1.447
Adições (exclusões)	398	398	(20)	(20)
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	1.214	1.214	1.427	1.427
Imposto de renda (15%)	(182)	-	(214)	-
Imposto de renda adicional (10%)	(97)	-	(119)	-
Contribuição social (9%)	-	(110)	-	(128)
Total	(279)	(110)	(333)	(128)

17. Operações securitizadas – Direitos Creditórios do Agronegócio (DCA) e Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRA)

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolida-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constatar nas suas notas explicativas, as apresentações vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizar as demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio em separado, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social dos respectivos patrimônios separados ativos.

Pelo regime fiduciário, os direitos creditórios ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados com propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. O ativo e passivo são atualizados quanto aos rendimentos e encargos financeiros, respectivamente, e controlados em patrimônio separado.

18. Gerenciamento de riscos

A Companhia implementou um modelo de gestão de risco Enterprise Risk Management, e realizou a avaliação, detalhamento e classificação do seu universo de risco considerando o nível de impacto (baixo, médio ou alto) e o nível de probabilidade (improvável, dificilmente, ocasionalmente, possivelmente, definitivamente), chegando assim a uma matriz de risco da Companhia. Para cada risco identificado, foi mapeado o impacto (financeiro, operacional ou de imagem) e o nível de monitoramento, considerando a existência de controles e de planos de ação e ou mitigação. A partir desse mapeamento de risco é feito um acompanhamento mais detalhado dos riscos altos e dos riscos médios parcialmente monitorados ou não monitorados (aqueles com controles e planos de ação em desenvolvimento, mas não finalizados). Os riscos foram ainda classificados de acordo com o grupo de aplicabilidade (Finanças, TI, Pessoas, Estratégia, Comercial, Dados, etc.) e com a sua natureza de origem (Financeiro, Estratégico, Operacional, de Imagem, Tecnológico). Dessa maneira, o modelo de acompanhamento de riscos é gerenciado continuamente pela Companhia, e revisado com a Diretoria, periodicamente. Com relação à aplicações financeiras, a Companhia utiliza instrumentos de baixo risco como operações compromissadas com características de renda fixa e títulos de renda fixa como, por exemplo: Certificados de depósitos bancários (“CDBs”), em bancos de primeira linha.

19. Eventos subsequentes

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia tem avaliado internamente os impactos do COVID-19 em nossos negócios, principalmente nas questões relacionadas à logística e carregamentos de safras e insumos, tendo em vista os decretos municipais e fechamento de fronteiras que limitam a circulação e manutenção de alguns serviços industriais e de armazenagem. Além disso, com os impactos cambiais resultantes do atual cenário global, a alta do dólar deve interferir nos custos da produção de insumos agrícolas e, possivelmente, observaremos impactos parciais na pontualidade dos pagamentos.

Mesmo diante da avaliação supracitada, possíveis impactos financeiros só seriam observados em datas futuras, e, dessa maneira, não impactam as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, nesse momento, não há base confiável para mensurarmos os efeitos contábeis decorrentes do COVID-19 em nossos negócios, considerando que nossas avaliações são baseadas em estimativas sobre o setor.